

Trabalhadoras (es) em Movimento: Imigrantes nos Comércios Populares na Cidade de São Paulo¹

Ana Lúcia O. Aguiar (USP)²

RESUMO: Os mercados “populares” na cidade de São Paulo podem ser compreendidos a partir do entrecruzamento de diversas práticas de trabalho, economias, movimentos de pessoas, mercadorias, tecnologias e políticas securitárias. É neste cenário em que se inserem migrantes de diversas nacionalidades, atuando como trabalhadoras (es) ambulantes, que precisam lidar com as dinâmicas políticas locais de gestão e controle da cidade e com os processos globais de circulação de pessoas e mercadorias. Esta pesquisa tem por objetivo analisar os processos de construção dos mercados populares na cidade de São Paulo a partir das dinâmicas das mobilidades urbanas promovidas pelos migrantes e suas mercadorias no exercício do comércio, bem como busca compreender como as práticas desses atores no espaço urbano é constantemente (re)construída nas fronteiras do formal/informal, legal/ilegal. A partir da circulação de mercadorias, pessoas, gestão de controle da cidade etc. compreende-se a mobilidade dos mercados, onde os movimentos de trabalhadoras (es) ambulantes, especialmente imigrantes, aparecem como elementos constitutivos de fluxos, de circulações e bloqueios locais na produção da cidade. O esforço empreendido busca pensar como os migrantes constroem os mercados em movimento que redefinem as dinâmicas urbanas. Ou seja, procuro analisar a relação entre mercados, dinâmica urbana e migração em processos locais e globais. Nesse sentido, leva-se em conta como os movimentos engendram diversas escalas na produção do espaço urbano e no exercício do trabalho, considerando as relações assimétricas de poder nas quais as (os) migrantes estão inseridos. Para o desenvolvimento desta pesquisa, utiliza-se uma etnografia a partir do jogo de escalas nos comércios centrais da capital paulista, para entender como presença migrante configura e reconfigura a dinâmica dos mercados “populares” como parte de um processo global do capitalismo contemporâneo.

Palavras-Chave: Cidade. Mobilidades. Imigração.

Introdução

O relógio marca 5 horas da manhã, estou parada na esquina da Rua Tiers com a Alexandrino Pedroso na região do Pari. A maioria das lojas e shoppings fechados, ainda não amanheceu totalmente. Junto comigo, ali ao meu redor, uma massa de trabalhadoras (es) ambulantes mascarados³ espalhados por todas as calçadas, aos seus pés, lonas azuis esticadas no chão com máscaras de tecido, moletons, blusas, camisetas, shorts e roupas infantis para a venda. “*Amiga, amiga, o que tá procurando hoje?*”; “*amiga, quer dar uma olhada?*”. Inegavelmente a maioria daquelas (es) ambulantes são imigrantes. São haitianas (os), angolanas (os), senegalesas (es), bolivianas (os), equatorianas (os). A presença de ambulantes, sobretudo de imigrantes, se estende em toda a região, junto com outros tantos ambulantes brasileiros. Com menos consumidores do que de costume, a chamada feirinha da madrugada continuou suas atividades, mesmo que de forma não autorizada, durante o regime de isolamento social. Em instantes, o cenário acima apresentado se

1 Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

2 Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: ana.lidia@usp.br

3 O uso de máscaras sendo utilizado, em sua maioria pelas (os) ambulantes, para se protegerem da Covid-19.

desfaz, e a dinâmica agora é outra. Rapidamente as (os) ambulantes levantaram suas lonas, caminharam de um lado ao outro na rua com a mercadoria nas mãos, e vão para outro local da rua, conversam e esperam como se alguma coisa fosse acontecer. Ali ainda parada na esquina vejo toda a movimentação, e poucos minutos depois passa uma van da equipe de remoção e apoio da prefeitura, conhecida como *volante*, dentro dela um exército de coletes laranja⁴, logo atrás carros da Prefeitura e da Guarda Civil Metropolitana (GCM). É essa a equipe responsável, cotidianamente, pelas apreensões e repressões ao comércio popular ambulante na região. Mal a *volante* passa e rapidamente as (os) trabalhadoras (es) voltam aos seus pontos.

Momentos depois a cena urbana ganha um novo elemento, agora, por volta das 7 horas da manhã, um homem sai de dentro do prédio de um dos shoppings populares conhecido na região. Mesmo com o edifício fechado, ele passa nas calçadas pedindo as (aos) ambulantes para saírem da frente das portas e desencostarem das paredes. Esse homem, com uma arma bem aparente presa no cós da parte de trás de sua calça, sem portar a máscara na face, faz a vigia da calçada por mais uns minutos e logo em seguida volta para dentro do prédio. De hora em hora essa cena se repete.

Disputas em torno do território urbano e dos mercados populares com forte presença ambulante é própria de cidades como São Paulo, caracterizada e conhecida pelo seu dinamismo, amplitude, numerosa população, diversidade de práticas de trabalho e extrema desigualdade.

Em todos esses espaços, a presença de imigrantes advindas (os) de diversas partes do globo é evidente. Desde as primeiras horas da madrugada, essas (es) imigrantes tomam as ruas da cidade, relacionam-se uns com os outros, disputam espaços, trocam mercadorias, informações, ajudas e apoios. São partes integrantes de um todo, constroem assim os comércios e, conseqüentemente, a cidade. É aqui onde reside meu interesse analítico.

Como parte de minha pesquisa de doutorado em curso, neste artigo apresento elementos da etnografia ainda em andamento e algumas reflexões travadas até o momento. Meu interesse aqui é refletir como os processos migratórios se integram à constituição dos mercados populares no centro da cidade de São Paulo, redefinindo e em disputa nas dinâmicas urbanas, principalmente pela inserção de imigrantes que compõem recentes fluxos de deslocamentos de pessoas que, redefinidos especialmente, a partir da última década, articulando um eixo de migração advindos do Haiti e de países do continente africano (Nigéria, Senegal, Congo, Angola, etc), além das migrações já consolidadas como as advindas da Bolívia, China e Paraguai.

Antes de qualquer coisa quero registrar que o atual contexto pandêmico colocou novos desafios e novas reflexões para o desenvolvimento da pesquisa. Não apenas pelos desafios metodológicos, mas pela reconfiguração acelerada urbana e dos mercados, sobretudo nas

4 Os coletes laranjas, ou laranjinhas, como conhecidos pelas (os) ambulantes da rua, são equipes de apoio à fiscalização, responsáveis pelas apreensões de mercadorias de camelôs, juntamente com a Polícia Militar do Estado de São Paulo.

dificuldades de trabalho e manutenção da sobrevivência, acompanhadas de extrema violência estatal. Nesse sentido, devido as atuais circunstâncias esse artigo pretende colocar muito mais reflexões para os desafios epistêmicos sobre os estudos urbanos e migratórios do que análises mais consolidadas.

Os espaços tradicionais de intenso comércio popular, nas regiões centrais da capital paulista como os bairros do Brás, do Pari e a Rua 25 de Março não são apenas os principais destinos de quem atua como ambulante na cidade, isso porque durante o regime de isolamento social, passa a ter as suas ruas e calçadas também como espaço privilegiado para outras tantas categorias do comércio, tanto para os lojistas que tem suas lojas fechadas, como para seguranças de estacionamentos da região, cafezeiras etc. Isto é, neste momento de pandemia, a venda informal na rua foi à saída para a miséria de muitos, um embricamento e embaralhamento das práticas de trabalho formal e informal e uma intensificação das disputas em torno dos territórios e por direitos frente, principalmente, ao poder público.

Nesses locais, as dinâmicas de trabalho, trocas, circulações de mercadorias e o entrecruzamento de relações de poderes, sejam eles institucionais ou não, são levados a níveis mais complexos e superdimensionados na disputa do espaço urbano e do próprio mercado e com a pandemia da Covid-19, essas situações se intensificaram.

Cenário da pesquisa etnográfica: Rua 25 de Março e regiões do Brás e Pari

Os cenários etnográficos da pesquisa são os chamados mercados “populares⁵”, em especial a Rua 25 de Março e as regiões do Brás e Pari. As rotas de acesso a essas regiões estão conectadas por ruas, avenidas e pontos e distribuição de produtos, principalmente através da Rua da Cantareira, ponto de abastecimento de mercadorias de gêneros alimentícios; lá carregam seus carrinhos e partem para outros lugares da cidade para comercializar. Vários ambulantes seguem dessa rua, caminhando até as ruas do bairro do Brás, outros seguem em direção à Rua 25 e Março.

A Rua 25 de março é conhecida pelo comércio desde o início do século XX, conferindo ao local destaque para a venda de diversas mercadorias ao longo do tempo. Hoje, diante das várias

5 A ideia do “popular” tem sido objeto de reflexão para a caracterização desses mercados aqui estudados, porque, especialmente a região do Brás e Pari tem passado por profundos processos de transformação no uso da terra e os significados atribuídos com a construção de empreendimentos bilionários destinados a construção de shoppings populares. No entanto, tal discussão excederia o objetivo do artigo. Compreendo que os mercados aqui estudados podem ser entendidos como “populares”, pois, de acordo com Freire da Silva (2015), esses espaços são atravessados por dinâmicas globalizadas e transnacionais, especialmente pela forte presença de pessoas, mercadorias e movimentos provenientes de diversas partes do globo. Aqueles que para cá se dirigem, tanto para trabalhar, como para consumir e revender; assim como para promover a circulação dessas mercadorias como parte constitutiva do capitalismo global. Nesses locais se integram as dinâmicas dos mercados, a vida urbana e a imigração.

facilidades de acesso à Rua, a dimensão desse comércio aumentou, não só em quantidade, mas em importância. As modificações da Rua 25 de Março são acompanhadas pelas características e pelo próprio desenvolvimento da cidade de São Paulo. Essa rua também é historicamente marcada pela presença imigrante. No início com as lojas de origem “árabe⁶”, que ainda possuem forte influência na região, e hoje com a vastidão de grupos migratórios atuando das mais diferentes formas e comercializando uma diversidade de mercadorias. Destacam-se os chineses, senegaleses, nigerianos, haitianos e a população andina, especialmente boliviana e peruana, também com forte presença, sobretudo na feirinha da madrugada.

As áreas da Rua 25 de Março, e também da Rua Santa Ifigênia (caracterizada pela venda de produtos eletrônicos e ligada a primeira região por intermédio de um viaduto), “acompanharam o chamado ‘processo de degradação do centro da cidade’” (Freire da Silva, 2015:43). Isso porque a cidade de São Paulo passou e passa por um processo histórico de constituição e de constante transformação muito característico. A partir da década de 1960, o centro da cidade ganhou um forte investimento dos setores públicos e privados com o objetivo de conter a deterioração e esvaziamento econômico da região. No entanto, grandes empresas e bancos passaram a compor a paisagem de outras localidades da Metrópole Paulistana, como a Avenida Paulista e a região da Berrini. Isso fez com que grande infraestrutura fosse deixada para trás a partir de decisões políticas das administrações municipais, fazendo com que os setores públicos constituíssem fortes alianças com empresas privadas a fim de garantir melhorias urbanas para determinados setores sociais. Nesse sentido, regiões como essas, assim como as do Brás e Pari passam a ser alvo de políticas urbanas, juntamente com investimentos privados, promovendo maior controle, fiscalização e policiamento dos espaços públicos, principalmente a partir da década de 2000, intensificando-se a partir de 2010.

A Rua 25 de março sofreu variações no sentido de permissões e restrições, principalmente com relação às múltiplas formas de práticas de trabalho regulado e não regulamentado e a circulação de mercadorias lícitas e aquelas não permitidas pelo Estado. Normalmente circulam pela região cerca de 400 mil pessoas por dia que visitam os mais de 3.500 pontos de comércio.

Marcada pela venda de produtos importados, especialmente as réplicas *made in China*, bijuterias, maquiagens, tecidos, etc., tem como público frequentador principalmente o varejista, embora haja muitos atacadistas. A Rua 25 de Março, juntamente com o Brás são partes integrantes do roteiro comercial constituído na cidade.

6 Segundo Koraicho (2004), os árabes ajudaram a inaugurar esse caráter comercial da Rua 25 de Março, pois muitos deles chegavam ao Brasil e se dirigiam ao local, não só para trabalhar, mas também para viver, criando uma espécie de “República Árabe”. Os diversos povos de língua árabe, sírios, libaneses, egípcios, iraquianos, embora pertencentes a diversas profissões, quando chegavam em São Paulo, iam para a rua trabalhar em seus armazéns e como mascates, levando para várias regiões o nome de seus produtos e o local de onde vinham, neste caso, a própria Rua 25 de Março.

Já a região do Brás foi historicamente constituída como a primeira área industrial da cidade de São Paulo, principalmente nos anos 1930 e 1950, sendo hoje privilegiado destino para o comércio de vestuário, tanto pela quantidade de vendas realizadas quanto pelas oficinas de costura que circunscvem os arredores da região. Além disso, sua popularização é facilitada pelo acesso através das linhas de trem da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), que liga o centro da capital paulista com regiões mais afastadas e diversas outras cidades no entorno de São Paulo.

Segundo Freire da Silva (2015), o bairro do Brás sofreu um forte processo de deterioração associado à reestruturação produtiva, promovendo deslocamentos das suas indústrias a outras regiões do país. Tal fato fez com que muitos postos de trabalho fossem reduzidos e ocorresse um esvaziamento de políticas de investimento para o desenvolvimento local, assim como a diminuição da população. A partir da década de 1980 a região passou a ser caracterizada mais pelo seu caráter comercial com a concentração de muitos ambulantes no Largo da Concórdia. Assim como a região da Rua 25 de Março, o Brás e outras zonas de grande comércio popular passaram a ser alvos de políticas higienistas, travestidas de discursos de “revitalização” urbana, especialmente a partir da década de 2000.

O Brás é formado por 55 ruas comerciais, 5000 lojas, cerca de 10 mil lojas-boxes e 4 mil confecções. Essas empresas empregam diretamente não menos que 150 mil pessoas diretamente e 300.000 indiretamente. A circulação diária de pessoas é estimada em uma média de 300.000, atingindo pico de 1 milhão nas datas comemorativas. Além disso, vêm-se apontando modificações no estatuto e nas formas de organização desses comércios populares, que, além de serem associados à marginalidade pelo senso comum e também para alguns gestores públicos, apontam para novas configurações de conexão a grandes cadeias e circulação global de capital (Pinheiro-Machado, 2011; Freire da Silva, 2014).

A região do Brás sofreu um forte processo de transformação, promovendo uma maior articulação entre o comércio ali realizado com fortes políticas de empresariamento popular, a partir da atuação de trabalhadores como Microempreendedores Individuais (MEI) que promovem a abertura de pequenas empresas, inclusive para atuar de maneira informal na rua, com lonas esticadas no chão, ou bancas improvisadas. Isto é, apesar de serem registradas e obterem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) – o que possibilita a aquisição de máquinas de cartão de crédito para facilitar a venda – não necessariamente esses trabalhadores possuem permissão legal da prefeitura para comercializar no urbano. Além disso, há intensas conexões transnacionais, envolvendo grande investimento de capital privado, acompanhado de intenso controle urbano e repressão policial por parte do estado.

Uma das tradicionais regiões do Brás, o chamado “Pátio do Pari”, apresenta hoje a

concentração de onze novos shoppings que foram construídos por um grupo de empresários, composto por seis famílias de origens libanesas, armênias, israelenses e turcas, que fundaram a Federação dos Varejistas e Atacadistas do Brás (Fevabras). O objetivo era redesenhar o bairro, com investimento de cerca de R\$ 1 bilhão em shoppings na região. Isso modificou a percepção, atuação e a regulação de ocupação do espaço urbano nestas localidades, inclusive na tentativa de promover expulsões dos ambulantes da região.

Além disso, no pátio do Pari ocorre a tradicional feirinha da madrugada destinada principalmente ao público atacadista. Em 2015 esse espaço passou a ser administrado pelo Circuito de Compras, um consórcio de iniciativa privada, diante dos inúmeros conflitos entre os ambulantes e fiscalização, ademais da cobrança de alugueis irregulares de pontos na rua. Essa feirinha é marcada por forte presença boliviana, migração responsável por enorme contingente de mercadorias produzidas e distribuídas na região. Muitos ambulantes aproveitam a feirinha da madrugada para buscar mercadorias com seus fornecedores bolivianos, uma vez que esse é o momento de menor valor dos produtos, os quais são pagos, principalmente com dinheiro, uma vez que nem todas as bancas possuem a maquininha de cartão de crédito, ou preferem essa forma de pagamento.

Há fortes indícios de que o Brás se tornou o principal ponto de comércio da cidade, promovendo deslocamentos de consumidores e congregando as demais formas de comercialização de distintas mercadorias na região. Arrisco-me a dizer que, para além das rotas comerciais já estabelecidas tradicionalmente pelo comércio de sacoleiros, são as (os) trabalhadoras (es) ambulantes que promovem grande parte da conexão dessas regiões de comércio popular com dimensões transnacionais em nível local.

Ainda não é possível ter a total dimensão do impacto da pandemia nos estabelecimentos comerciais, o que é possível dizer no momento é que há trabalhadoras (es) que não conseguiram manter o pagamento dos alugueis, tanto nos espaços da feirinha da madrugada, quanto nas galerias, tendo que voltar a disputar os espaços das ruas e calçadas.

Desde o mês de março deste ano de 2020 com os iminentes riscos de contaminação da Covid-19, a Prefeitura, junto com o Governo do Estado decretaram o fechamento de todos os comércios da cidade, inclusive com a suspensão dos Termos de Permissão de Uso da Rua e as atividades do programa “Tô Legal!”, ambos destinados ao funcionamento do comércio ambulante na cidade. Além disso, aumentou a fiscalização e o policiamento desses espaços para impedir qualquer forma de atuação do trabalho ambulante. Sem conseguirem ter acesso aos auxílios emergenciais ou de qualquer outro programa do poder público para buscar a manutenção em suas casas durante a pandemia, as (os) trabalhadoras (es) se viram obrigados a disputar as ruas, muitos dias vazias ou com escasso movimento, com o poder público para conseguir garantir alguma venda e fazer o *caixa girar*.

Mesmo com a retomada do funcionamento dos comércios, dentre eles os shoppings e lojas dessas regiões, as (os) ambulantes continuaram sem o direito de voltar a trabalhar. Somente depois de muita organização e mobilização das (os) trabalhadoras, destacando as ações feitas pelo Fórum dos Trabalhadores Ambulantes em parceria com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e o apoio de alguns vereadores, é que se conseguiu garantir o retorno. No entanto, isso não significa a volta ao “normal”, pelo contrário. A Prefeitura coloca, ainda hoje, uma série de empecilhos para o exercício do trabalho para aqueles que tem permissão legal para atuar com suas bancas no urbano, ordenando a remoção de muitas bancas em vários pontos da cidade. Além disso recrudescer a fiscalização e a repressão contra as (os) trabalhadoras (es) *do corre*⁷.

Para se manterem, as redes de apoio, sobretudo em torno das organizações e sindicatos de ambulantes, de migrantes e de outros movimentos sociais, em destaque ao movimento de moradia; as articulações com operadores de diversas expertises (advogados, pesquisadores, agentes de saúde etc.) foram de profunda importância para garantir as sobrevivências em torno do trabalho, da moradia etc. As Iniciativas que se ancoram em coletivos locais, formas de ação e de articulação territorializadas, construídas ao longo dos anos, desdobram-se, no contexto da pandemia, em outras tantas ações e iniciativas (Cidade e Trabalho, 3:2020) fundamentais para os chamados pobres urbanos.

Nas suas diferentes conformações e modos de atuação, essas plataformas e redes de apoio parecem se configurar como verdadeiros operadores de escala, dando ressonância aos agenciamentos locais e transterritoriais para lidar com os efeitos devastadores da pandemia. E também para contornar os efeitos nefastos da desinformação sistemática promovida pelos poderes públicos ⁸(*idem*, 9:2020).

Observando a Migração

Uma das importâncias em estudar os mercados populares, como os do centro da capital paulista, na relação com a migração, é que nos permite questionar a unidade de análise do estado, que são construídas para fazer gestão e controle das populações. Aqui o importante é compreender como o Estado opera as várias categorias para efeitos de poder. É fundamental interpretar, para fugir do nacionalismo metodológico, como os grupos e as populações passam por esses processos de recursos de poder.

As migrações transnacionais e também os mercados populares desestabilizam o

7 Ambulantes do corre são aquelas (es) que não têm permissão legal do poder público para atuar na rua. Ficam caminhando de um lado ao outro das ruas e da cidade com suas lonas esticadas no chão e, cotidianamente, fugindo da fiscalização.

8 Sobre as redes de apoio em tempos de urgência, ver em (Micro)Políticas em tempos de urgências. Grupo Cidade e Trabalho. Revista Dilemas, 2020.

nacionalismo metodológico (Glick-Schiller e Wimmer: 2002), daí a importância de olhá-los a partir de diversas escalas, fugindo das categorias fechadas e dadas, pois elas são em geral codificações normativas, jurídicas e estatais, por isso a necessidade de fugir das armadilhas do nacionalismo metodológico e do estadocentrismo que operam essas normatizações. A posição que cada ator assume nas hierarquias de poder, a depender das redes por eles acionadas, podem reconfigurar a cidade e o mercado como um todo.

Nesse sentido, para os estudos migratórios contemporâneos é importante considerá-los também como conectados aos estudos urbanos. Compreendo os imigrantes não apenas como residentes das cidades, mas também como atores que estão no e através do espaço urbano, sendo vistos como migrantes transnacionais, os quais são moldados pela “reestruturação, conexão, e reposicionamento das cidades – e lugares particulares e das instituições nessas cidades”. (Çaglar, Glick-Schiller, 3:2011).

Os imigrantes como atores da cidade mudam a todo tempo, os novos fluxos migratórios contemporâneos apontam para novas configurações das mobilidades transnacionais. Os migrantes respondem e contribuem para os legados locais e institucionais históricos e intencionais de cada cidade (*idem*, 4: 2011).

Dessa forma, devo ressaltar que não é possível olhar para a migração como objeto em separado e sim em relação com a rede de fluxos migratórios na dinâmica das cidades em escala global, a partir da reestruturação do capitalismo contemporâneo, tampouco é possível pensar a cidade de São Paulo sem considerar as dinâmicas migratórias. Como apontam diversos autores como Glick Schiller (2011, 2013), Feldman-Bianco (2017), Çaglar (2011), Salazar (2013), é preciso pensar na escala da cidade a partir de “questões referentes à ‘reestruturação e reinvenção da vida urbana através de processos transnacionais’ e ‘o papel desempenhado por migrantes e por suas práticas locais e transnacionais no reescalonamento e reestruturação das cidades’” (Çaglar; Glick Schiller apud Feldman-Bianco, 24:2009). Isto é, é necessário compreender como os processos globais que reestruturam a rua e “os processos internos, que unem migrantes a essa localidade em tempos neoliberais” (*idem*), que reestruturam o mercado com hierarquias de poder.

Para tanto, mobilizo o jogo de escalas (Revel, 1998) para ajudar a compreender como as várias escalas estão relacionadas entre os diversos indivíduos, acompanhando uma espécie de fio condutor das relações nas quais eles se inscrevem, as articulações entre os imigrantes, as políticas urbanas e os movimentos de escala global do capitalismo contemporâneo. Desse modo é possível encontrar os mesmos atores em contextos sociais distintos, compreendendo os efeitos semióticos da análise. Leva-se em conta a pluralidade de experiências particulares na medida em que, segundo Revel, elas são inseparáveis de representações do espaço relacional urbano, dos recursos que ele oferece e das limitações que impõe, a partir das quais os atores sociais se orientam e fazem suas

escolas (25:1998). Dessa forma podemos reconstruir um espaço como possível, mediante os recursos, os *emplacements*⁹ (Glick-Shiller e Çaglar 2016), dos indivíduos ou de cada grupo no interior da reconfiguração dada. Isto é, entender os “processos de dimensões e níveis variáveis, do mais local ao global” (Revel, 28:1998): o que a experiência de um “indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global” (*idem*), neste caso também, das relações sociais. Assim, seremos conduzidos a “enriquecer o real, levando em consideração os aspectos mais diversos da experiência social” (*idem*, 22:1998).

Muitas (os) trabalhadoras (es) acabam também por construir generalizações étnicas dos grupos ali existentes para driblar a rede de controle e fiscalização do estado. É justamente na gestão das pessoas que se faz necessário entender as categorias acionadas pelo estado. Principalmente no atual contexto pandêmico, em que os migrantes engrossam os números das subnotificações, e para quem é impossível conseguir os auxílios emergenciais do Governo Federal, uma vez que os critérios para cadastro não foram pensados para que pudessem atender as (os) trabalhadoras (es) de forma universal, principalmente a população migrante. Da parte da Prefeitura não houveram políticas voltadas para as (os) migrantes, nem sequer a inserção deles no programa Cidade Solidária de distribuição de cesta básica.

É bom que se diga que os questionáveis critérios estabelecidos pelo Estado brasileiro para selecionar quem tem ou não direito a ele também faz parte das escolhas de quem tem mais ou menos chance de viver em meio à pandemia. A saber, são milhares de trabalhadores, dentre eles uma massa de imigrantes, a população de rua e mulheres chefes de família que ficaram de fora do acesso ao limitado auxílio emergencial ou tiveram as parcelas bloqueadas, compondo uma massa de “invisíveis” urbanos. A consequência disso é um enorme contingente de trabalhadores que todos os dias precisa se lançar na disputa contra o Estado para defender suas vidas e seus modos de sobrevivência. Isso tudo faz parte dos dispositivos operantes nos desmontes dos serviços públicos, e da agenda ultraliberal.

Como parte desse mesmo processo, o Estado acelera uma agenda de desmontes já em curso: desmonte dos serviços públicos, da assistência social básica, além das inúmeras barreiras criadas para dificultar o acesso aos poucos recursos de auxílios emergenciais. Em outras palavras, o Estado não promove políticas de assistência social, não fornece auxílio emergencial amplo e justo, criminaliza a população pobre, a persegue e nega direitos, para além da violência policial que pratica cotidianamente.

É o caso dos trabalhadores autônomos, dentre eles camelôs e empregadas domésticas que continuam circulando pela cidade em busca de sobrevivência financeira e que, além de ficarem sujeitos à contaminação do vírus, ainda estão sujeitos às violências estatais, utilizadas para fazer o

9 *Emplacement* (Glick-Shiller e Çaglar: 2016), isto é, a ativação de redes de poder para se integrar ao país de destino, ao local de trabalho, isto e, ao novo contexto.

controle das vidas e dos corpos. São elementos das cenas urbanas em que o que está por trás da subnotificação de dados é a realidade de milhares de trabalhadores que, com a negação dos recursos sociais, não puderam ter o direito ao isolamento social.

É nesta arena do conflito urbano que a pandemia aparece como uma oportunidade, para acelerar a agenda de desmontes e de limpeza urbana, visando limpar o centro daqueles vistos como “indesejáveis” urbanos por parte do poder público em consonância com fortes setores privados. O truculento poder estatal que além de negar auxílio e direitos, ainda age com violência sob os corpos, a fim de obter total controle dos espaços da cidade (Aguiar e Barbosa, 2020).

A cena diária vivida pelas (os) trabalhadoras (es), dentre elas (es) as (os) migrantes, foi o aumento da violência policial que aparece de diversas facetas: pela quantidade de apreensões feitas pela fiscalização, pela brutalidade praticada, especialmente pela Polícia Militar da Operação Delegada¹⁰, bem como pelos relatos de cobrança de propina e extorsão por parte do poder público.

Muitos automóveis que guardavam mercadorias dos camelôs no Brás, nos meses de fechamento do comércio, foram violados pelos “*coletes laranjas*” sofrendo apreensões pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) e Polícia Militar (PM) no centro da cidade, deixando mais uma vez os ambulantes a míngua, pois além de não receberem auxílio, de não poderem trabalhar, ainda tiveram suas mercadorias (muitas delas já destinadas a venda certa) apreendidas, fazendo mais uma dívida ao ambulante frente aos fornecedores. A prefeitura age no impedimento do trabalho ambulante de diversas maneiras, seja perseguindo e impedindo de ocupar o espaço urbano, seja apreendendo a mercadoria que dá sentido ao comércio.

Uma ambulante senegalesa chegou a relatar que dia ou outro a fiscalização chega em sua banca no centro da capital, alega que ela tem excedente de mercadoria ou que não possui permissão para a comercialização, recolhe os produtos e, na esquina seguinte, vendem para outros ambulantes africanos por um valor menor; além de permitirem vender nos mesmos espaços que os demais, mas por um preço mais barato, já que conseguiram por outras vias. Outra situação experienciada pelos imigrantes foi a de ameaça e extorsão através de grupos de *telegram* com atores alegando serem policiais dizendo que sabia que “fulano era peruano e que trabalhava na rua de forma ‘ilegal’”.

10 A Operação Delegada é um convênio firmado entre a prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado para a contratação de Policiais Militares para a fiscalização das ruas de grande comércio. Esse programa começou em 2009, durante a gestão do Prefeito José Serra (PSDB) e se intensificou na administração posterior de Gilberto Kassab. Desde o período em questão, houve momentos na gestão da cidade que tais processos de controle urbano foram minimizados, embora nunca tivessem deixado de existir. A Operação Delegada não deixou nas gestões posteriores, ainda sendo uma realidade na atual gestão juntamente com outras formas de controle policial e políticas securitárias. Hoje, acompanhando a dinâmica da política nacional e também internacional, com a atual Prefeitura de Bruno Covas (PSDB) e seu antecessor João Dória (PSDB), cada vez mais as políticas de controle e militarização da cidade tem ganhado relevância no processo de contenção e expulsão dos chamados cidadãos mais pobres, principalmente na região central. Vale também ressaltar que além do orçamento da cidade destinar verbas para a repressão do comércio de rua, ele prevê um montante de R\$ 84,8 milhões para a desocupação de prédios e vias públicas, isso significa áreas ocupadas pela população de rua e sem teto.

Além desses, há inúmeros outros relatos que permeiam o cotidiano e as práticas de trabalho a vida dos ambulantes, em especial dos imigrantes.

Isso, na prática, significou a realidade de milhares de trabalhadoras (es) que tiveram que ir às ruas durante a pandemia para conseguirem garantir mínimas condições. Em meio a um cenário de catástrofe, em que o comércio urbano dessas regiões de mercados populares pouco funcionou, o que se conseguia era importante para as sobrevivências.

Faz-se importante ainda dizer que não tomo um grupo étnico ou nacionalidade específica como eixo de análise, isso porque é a dinâmica dos fluxos migratórios com as políticas de gestão da cidade, de circulação de pessoas, capital, tecnologias e mercadorias que ajudarão a entender a configuração dos mercados populares transnacionais.

Isso pode nos revelar outras dinâmicas dos mercados que são afetados pela forte presença de trabalhadores imigrantes nesses locais. Além de nos ajudar a compreender a dinâmica dos atuais movimentos migratórios em escala global.

Entendo, também, que tanto os mercados que proponho estudar, quanto a dinâmica migratória estão marcados por intensas mobilidades. Isso porque os espaços aqui em questão são atravessados e definidos por diversas mobilidades em vários planos, são as mercadorias que circulam em várias escalas do globo e em nível local, são os imigrantes que se deslocam, as políticas urbanas que geralmente promovem os movimentos a partir de bloqueios e permissões, as oportunidades de atuação do trabalho ambulante. Tal fato também incide diretamente na vida das cidades, principalmente por analisarmos os mercados populares com dimensões transnacionais com as políticas urbanas e de controle social na cidade que se configura cada vez mais a partir da construção de fronteiras de demarcação de exclusões sociais, de *displacement*¹¹(Glick-Shiller e Çaglar: 2015), bem como de *emplacement*. Nesse sentido, também é preciso levar em conta como os processos de movimento engendram diversas escalas na produção do espaço urbano e no exercício do trabalho.

Para autores como Urry, Hannam, Sheller (2006) e Tarrus (2000) as mobilidades estão relacionadas a movimentos de larga escala, como os das mercadorias produzidas e comercializadas, especialmente na China, e que para chegar até os consumidores brasileiros fazem uso de uma rede de relações e lógicas de legislações nacionais, como também de amplas movimentações que possibilitam atravessar fronteiras legais e espaciais. Além disso, as mobilidades também envolvem processos mais locais, como é o caso do comércio ambulante, principalmente por aqueles promovidos pelos imigrantes, que acionam mais uma escala da rede de mobilidades.

11 O *displacement* é compreendido como situações que promovem o desenraizamento dos atores, suas desposseções e a restrição dos meios de sobrevivência. Nesse sentido, nas relações migratórias é importante compreender a capacidade que os imigrantes têm de se integrar às redes dispostas no funcionamento da cidade e, neste caso, da dinâmica do mercado popular com dimensões transnacionais.

Olhar para trabalhadores ambulantes, principalmente os migrantes transnacionais, faz-se mais pertinente a partir do momento que podemos compreender este trabalho a partir das mobilidades. O comércio ambulante se alimenta de mercadorias importadas em processos em escalas mais globais do desenvolvimento da fase atual do capitalismo a partir de suas facetas complexas e contraditórias em que os trabalhadores passam a adquirir suas mercadorias por vias também informais, e muitas vezes através de contrabando. Muitas dessas mercadorias são produzidas em outras partes do globo e atravessam inúmeras barreiras até o consumidor final. Outra característica da mobilidade do desenvolvimento do trabalho ambulante são as dinâmicas locais de fiscalização e organização do espaço urbano que estão atreladas às políticas de controle das gestões e das mobilidades. Isso porque, ora as (os) trabalhadoras (es) possuem certa tranquilidade no seu exercício e podem adquirir alguns pontos estratégicos à venda, ora enfrentam muitas barreiras do Estado e são obrigadas (os) a buscar novas territorialidades para trabalhar, ampliando assim a zona de comércio em movimento ao longo da cidade. Percorrendo o movimento das (os) ambulantes, os agentes estatais também se movimentam para impedir determinado exercício de trabalho.

Ainda é importante considerar quando, onde, o quê e quem é impedido ou não de circular, os caminhos percorridos pelos trabalhadores ambulantes são múltiplos, fazendo com que muitas vezes acionem formas distintas do exercício do trabalho.

Migrantes em Movimento

Estudar imigrantes na construção dos mercados populares transnacionais nos permite compreender as mudanças aceleradas que alteram o tempo, o espaço e as relações sociais da cidade e também dos fluxos migratórios, que acompanham mudanças na divisão do trabalho internacional, da mobilidade de capital e das novas configurações das fronteiras nacionais nos países. Além disso, as mobilidades promovidas pelo capitalismo flexível contemporâneo propõe novas dinâmicas para as cidades. Segundo Telles (2010) os movimentos promovidos pelos migrantes, refugiados, populações deslocadas, trabalhadores em movimentos, todos esses

deslocamentos e formas de mobilidade, cada qual impulsionado por feixes singulares de circunstâncias e causalidades (porém, com ressonâncias entre uns e outros): travessia de fronteiras ocupação de regiões limítrofes, deslocamentos de trabalho e trabalhadores seguindo os fluxos dos capitais e das redes de extensão variada por onde opera o chamado capitalismo flexível, ao mesmo tempo em que o traçado desses deslocamentos tem impactos consideráveis sobre a reconfiguração dos espaços urbanos e a morfologia das cidades (*idem*, pag. 16).

Segundo Tarrius (1993) os movimentos migratórios promovem uma circulação de bens e riquezas, reestruturando redes transnacionais de comércio ambulante. Vera Telles (2009) descreve a configuração de redes de conexão composta por migrantes que não têm a intenção de permanência no país onde trabalha em um dado momento. Eles veem sua inserção no mundo do trabalho como possibilidades de trocas e comércios: são os que a autora chama de “formigas da mundialização” ou “novos nômades da economia subterrânea”. Esses trabalhadores praticam o *commerce à la valise* (Tarrius *apud* Telles, 2009), eles circulam em territórios ancorados por redes de sociabilidades, familiares e de proximidades, por onde também perpassam diversos produtos.

Nesse sentido volta-se a uma organização de sistemas em diferentes escalas que envolvem instituições responsáveis pela governança dos deslocamentos e acessos aos espaços públicos, isso porque as mobilidades também estão inscritas nas geometrias de poder da vida cotidiana.

Partindo da premissa de que o movimento cumpre um papel constitutivo no funcionamento das instituições e práticas sociais, o que aqui chamamos de paradigma das mobilidades volta-se para a organização de sistemas que, em diferentes escalas, governam não apenas a mobilidade e a imobilidade de pessoas e coisas, imagens e mensagens, mas também fazem interagir redes infraestruturais e narrativas (Freire-Medeiros, Telles e Allis, 6:2018)

A mobilidade no nível dos movimentos em larga escala, tanto de pessoas, quanto de objetos e capital ao redor do mundo também considera os processos locais que apontam para os deslocamentos da vida cotidiana nos espaços públicos. Além disso, os deslocamentos ou impedimentos dos mesmos são intrínsecos aos processos de desigualdades que definem o acesso e as distribuições desiguais dos espaços urbanos (*idem*).

As cidades têm seus próprios regimes de governança, planos e poderes de desenvolvimento econômico e espacial, versões de locais e narrativas de regeneração que circulam globalmente e de atores emergentes.

A crise ocorrida na década de 2000 nos países centrais do norte acarretou mudanças na organização do trabalho, o que impactou diretamente os imigrantes que antes tinham destino esses países como saída para a migração. Uma intensa crise econômica e do avanço de políticas e ideologias conservadoras de extrema direita que resulta em novos desenhos das fronteiras nacionais, bem como o desenvolvimento de pensamentos e atos xenófobos e de criminalização contra a população migrante. Tudo isso impactou diretamente a remessa dos imigrantes destinada ao país de origem, principalmente agora com o recrudescimento de fechamento, construção e levantamento de barreiras nas fronteiras nacionais.

Países que antes eram destinos primeiros de grandes contingentes migratórios, como aqueles pertencentes à União Europeia e os Estados Unidos da América, já alguns anos ampliaram suas restrições de entrada de imigrantes em seus territórios, aumentando a dificuldade dessas populações de atravessar as fronteiras.

Em contrapartida, países como o Brasil se inseriram em dinâmicas da mobilidade internacional, adotando tratados internacionais de Refúgio, e com a Lei nº. 9474/97, que estabelece garantias que trouxeram novos grupos migratórios para o país (Baeninger, 2019).

Não é de hoje que a história do Brasil é marcada pela entrada e constituição de imigrantes, mas desde o século XXI esses novos fluxos tem crescido em número, diversidade e complexidade (*idem*). Para além da permanência da migração sul-americana, há uma intensificação de migrantes sul-coreanos, senegaleses, angolanos, congolese, togoleses, além daqueles que entram como refugiados, como os refugiados haitianos.

O crescimento econômico, com relativa inclusão social através do consumo por endividamento, seguido da criação de 14,7 milhões de postos de trabalho (alguns desses não qualificados), a ampliação de gastos públicos com fortalecimento na produção agroindustrial; além da forte influência no Brasil na América do sul e presença no Haiti e África do Sul com pretensões diplomáticas no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, podem ter colocado o país como um dos principais destinos de migrantes no mundo. Isto é, o Brasil promoveu um movimento contrário ao que as potências mundiais estavam fazendo. Enquanto estes reforçavam as barreiras, restrições e controle xenofóbico, o Brasil abria suas fronteiras. Tal fato fez com que muitos migrantes redefiniram suas rotas para cá.

Segundo Baeninger, Bogus e Magalhães (2019) há uma tendência entre esses imigrantes e refugiados que se deslocam para a cidade de São Paulo para trabalhar em setores econômicos específicos, em especial os destinados aos chamados trabalhos informais nos comércios populares da capital paulista.

Parte significativa dos processos migratórios contemporâneos que visam o Brasil tem como destino a cidade de São Paulo, e, uma vez que os comércios “populares” possuem também dinâmicas transnacionais, historicamente o local congrega múltiplas formas de trabalho, de mercadorias e de pessoas; muitos migrantes acabam encontrando ali uma saída para a busca de um trabalho. Há elevado número de migrantes presentes na capital paulista que se arriscam no setor informal e, muitas vezes, ilegal da economia para dar sentido à experiência da migração. Isso faz com que haja um elevado contingente de mão de obra flexível contribuindo para outros processos de informalização.

Isso significa que a cidade não é apenas um contexto para os atuais estudos da migração e de refúgios, mas ela é feita também por essa população que passa, cada vez mais, a diversificar o

mosaico de São Paulo. As relações de informalidades e o trabalho sem contrato promovem a atração de imigrantes para esses setores laborais, que tem o comércio popular como destino.

A região do Pari, mais especificamente, popularmente associada a região do bairro do Brás na capital paulista, tem sido foco de um intenso comércio popular e também de destino de trabalho de muitos migrantes. À frente de um grande shopping popular da região, o Shopping Canindé, podemos encontrar, a partir das oito horas da manhã um grande contingente de imigrantes de diversas origens nacionais.

Em meio a uma massa de trabalhadores ambulantes conheci Ieda, uma haitiana que veio ao Brasil em 2015 devido as dificuldades econômicas encontradas em seu país de origem decorrentes do terremoto em 2010. Mesmo após o desastre natural ela ainda se manteve por mais três anos no país de origem, junto com sua família, no entanto, as dificuldades de obtenção de emprego e o aumento da pobreza fizeram com que ela continuasse a buscar alternativas de trabalho. Junto com seu marido, Ieda se deslocava até a fronteira com a República Dominicana para comprar mercadorias, em sua maioria do gênero de vestuário, para revender no Haiti, isto é, antes de chegar ao Brasil e atuar como trabalhadora ambulante, a haitiana já havia promovido um deslocamento de atuação laboral, deixando o trabalho de enfermeira para atuar no comércio informal. Tendo acompanhado outras experiências migratórias, sobretudo de parte de sua “família”¹² que já se encontrava no Brasil em 2015. Ieda e a família vieram para cá. Enfermeira de formação, chegou ao Brasil dirigindo-se à cidade de Mauá, localizada na Região Metropolitana de São Paulo, e desde sua chegada já se arriscou em várias outras atividades, como cuidadora de idosos, por exemplo, onde ela aprendeu a falar português. Posteriormente também foi trabalhadora de limpeza no Shopping Paulista (localizado na Avenida Paulista), mas nenhum dos trabalhos lhe “pagava bem”.

A convite de um primo que trabalhava nas ruas do Pari como ambulante e que já conhecia as diversas redes que operam o funcionamento do comércio, Ieda passou a integrá-lo, porque segundo ela “tem que ganhar dinheiro, tenho família” e ali na região do Pari foi onde conseguiu obter melhores ganhos e há dois anos atua como vendedora. Como é imigrante e possui dificuldades de obter crédito junto aos bancos para ter um capital inicial de investimento das mercadorias para serem revendidas, a haitiana faz empréstimos junto a outro grupo migratório de colombianos para comprar roupas infantis costuradas por migrantes bolivianos e comercializar na sua lona estendida na rua, onde divide espaço com outros tantos imigrantes e nacionais, sejam haitianos, senegaleses, angolanos, etc.

Alguns dias da semana ela chega às primeiras horas da madrugada para comprar mercadorias, vendidas diretamente com os fornecedores bolivianos que possuem um ponto na “feirinha da madrugada”, a qual possui uma dinâmica própria. Ieda também precisa chegar logo no

12 Ieda, fala de sua família se referindo tanto a pessoas com laços consanguíneos, quanto a outros que ela diz que *parece família*.

início da madrugada porque depende do transporte público, que encerra suas operações à meia noite e tem início às quatro e quarenta da manhã. No entanto, quando chega bem no início das atividades comerciais da região, ela precisa ficar em uma rua paralela a que tradicionalmente trabalha durante o dia, porque aquele espaço é considerado como um “ponto” para aqueles que possuem permissão para permanecer na “feirinha da madrugada”.

Em alguns momentos em que está trabalhando durante o dia em frente ao Shopping Canindé, quando a fiscalização está muito intensa, geralmente no fim de ano, ou em períodos de inverno (como ela mesma conta), as dificuldades de trabalhar são muito grandes, pois precisa fugir da fiscalização da prefeitura, ficar andando de um lado ao outro para não perder suas mercadorias até que ela possa retornar ao seu ponto quando os fiscais de dirigem para outros locais.

Nesse sentido, a partir da análise da trajetória de Ieda é possível observar várias escalas de análise inscritas naquele mesmo local. Desde seu processo migratório, envolvendo políticas internacionais de mobilidade e concessão de visto de refugiada em escala federal, possibilitando-nos ver como o Estado opera as relações transnacionais com outros grupos migratórios para obtenção de crédito e mercadorias, até as políticas de nível local da cidade para a gestão e fiscalização do espaço urbano. Cada uma dessas escalas precisa ser olhada a partir de um feixe de relações e agenciamentos, pois nesses casos é preciso negociar as estratégias de trabalho com a fiscalização local, com a polícia, com aqueles que oferecem as mercadorias etc.

Ieda faz parte desses novos fluxos migratórios que ganham o tom a partir da década de 2000, quando houve alterações significativas nas economias mundiais que promoveram outras reconfigurações nos fluxos de migrantes, deslocando os movimentos para o eixo sul-sul do globo.

Bibliografia

AGUIAR, Ana Lúcia e BARBOSA, Benedito Roberto. *Entre a violência e invisibilidade, ambulantes resistem em tempos de pandemia*. Disponível em www.labcidade.fau.usp.br/entre-a-violencia-e-invisibilidade-ambulantes-resistem-em-tempos-de-pandemia.

ALSSAYAD e ROY. *Modernidade Medieval. Cidadania e Urbanismo na Era Global*. Novos Estudos 85. Novembro 2009.

BAENINGER, Rosana, FERNANDES, Adriana (orgs). *Migrações Sul-Sul* Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).

Cidade e Trabalho. *(Micro)políticas da vida em tempos de urgência*. DILEMAS – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020 – pp. 1-13

FELDMAN-BIANCO, Bela. *Reinventando a Localidade: globalização heterogênea, escala da*

cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. Horizontes Antropológicos, v.15, n31, p. 19-50, 2009.

FREIRE DA SILVA *Das Calçadas às Galreias: mercados populares do centro de São Paulo*. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Sociologia. USP, São Paulo. 2014.

_____ *Conexões Brasil-China: a migração chinesa no centro de São Paulo*. Cad. Metrop., São Paulo, v. 20, n. 41, pp. 223-243, jan/abr 2018.

FREIRE-MEDEIROS, TELLES e ALLIS. *Por uma Teoria Social on de Move*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.30, n.2, 2018.

FRÚGOLI, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetos, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: EDUSP/Cortez/FAPESP, 2000.

Glick-Schiller e Çaglar. *Migrants & City Making. Dispossession, Displacement & Urban Regeneration*. Duke University Press, Durham and London • 2018

_____ *Displacement, emplacement and migrant newcomers: rethinking urban sociabilities within multiscalar power*. Identities: Global Studies in Culture and Power. Vol. 23, No. 1, 17–34, 2016.

Glick-Schiller e Wimmer: 2002. *Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences*. Global Networks 2, 4. 301–334. ISSN 1470–2266, 2002.

GOUDET, Mylene. *A informalidade: sistema persistente de criação de territórios na cidade de São Paulo*. Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, São Paulo, 2010.

HANNAM, K.; SHELLER, M.; URRY, J. (2006), “Editorial: Mobilities, Immobilities and Moorings”. *Mobilities*. v. 1, n. 1, pp. 1–22, March.

KORAICHO, Rose. *25 de Março. Memória da Rua dos Árabes. História da Rua 25 de Março, São Paulo do fim do século XIX ao início do século XXI*. São Paulo, Koema: 2004.

MOURICE, Alain. O Imigrado e o Ilegal: de volta às atividades informais dos Estrangeiros. In: Peralva e Telles, Orgs. *Ilegalismos na Globalização*, Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *China-Paraguai-Brasil uma rota para pensar a economia informal*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 23 n°67, junho 2008.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência*. Edusp/ Fapesp: São Paulo, 1994.

ROY, Ananya (2011), “Slumdog cities: rethinking subaltern urbanism”. *International Journal of Urban and Regional Research* 35(2): 223–238.

_____ *Urban Informality Toward and Epistemology of Planning*. American Planning Association. 2005.

SASSEN, S. (2013), “When the center no longer holds: Cities as frontier zone”. *Cities*, 34, pp.67-70.

_____ *Global Cities and Survival circuits*. In *Global Woman*. A Metropolitan/Owl

book. New York, 2002.

SHELLER, M. e URRY, J. (2006), “The New Mobilities Paradigm”, *Environment and Planning A*, 38(2): 207–26.

SHELLER, M. e URRY, J. (2016), “Mobilizing the New Mobilities Paradigm”. *Applied Mobilities*, 1(1): 10-25.

RANGEL, Felipe. Problema e Potência: *O comércio popular entre a repressão e a empresarização*. *Journal of Illicit Economies and Development*. 2019.

REVEL, Jacques. *Jogo de Escalas*. Fundação Getúlio Vargas Editora, Rio de Janeiro. 1998.

TARRIUS, Alain (1993), “Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants”. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, 59-60 (Mobilités): 51-60.

_____ Les nouveaux cosmopolitisme: mobilités, identités, territoires. La Tour d’Aigues, Editions de l’Aub.

TELLES, Vera da Silva. Fronteiras da Lei como Campo de Disputa. In: Peralva e Telles, Org. *Ilegalismos na Globalização*, Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

_____ *A Cidade nas Fronteiras do legal e ilegal*. Argumentym Editora Ltda. Belo Horizonte, 2013

_____ *Ilegalismos Urbanos e a Cidade*. *Novos estudos - CEBRAP* no.84 São Paulo 2009.